



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

Pela criação de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Reconhecendo que as autoridades locais, onde se incluem os municípios, desempenham um papel relevante na forma como são estabelecidas as interações entre os migrantes e as sociedades de acolhimento e tendo também em conta a Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - foi lançado em 2014 pelo então Alto Comissariado para as Migrações o desafio para a elaboração de Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM), entendidos como ferramenta estratégica para melhorar as condições de acolhimento e integração de migrantes nas comunidades locais. No entanto, o número de municípios com planos atualizados para a integração de migrantes é ainda muito reduzido (menos de 15%).

Os PMIM têm como objetivos específicos a implementação de políticas de base local que fortaleçam a democracia e as dinâmicas sociais, que fomentem relações de convivência intercultural, que incrementem a intervenção local e potenciem a proximidade entre imigrantes e os territórios de acolhimento.

Para a sua conceção, para além de apoio financeiro do Fundo de Asilo, Migrações e Integração (FAMI), foi disponibilizado um guia com indicações sobre a sua metodologia, salientando a importância decisiva do processo participativo, do diagnóstico local, da dimensão estratégica e operacional e ainda do necessário processo de monitorização e avaliação.

A região e o concelho de Santiago do Cacém, têm acolhido migrantes de várias nacionalidades que fugindo da fome e da guerra nos países de origem, aqui se fixam na esperança de construir uma vida melhor. A Freguesia de Ermidas-Sado, é onde proporcionalmente se verifica maior fixação, pelo que o reforço dos serviços públicos, oferta de habitação e integração são fundamentais para contrariar a desinformação e o preconceito. Estas pessoas são fundamentalmente trabalhadores e trabalhadoras, que vendem a sua força de trabalho em atividades no Complexo Industrial de Sines, na agricultura e/ou turismo, muitas vezes em condições indignas e sem direitos e a quem as políticas públicas não têm respondido. O recente corte de financiamento à Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém é a evidência da desvalorização das políticas de proximidade, acolhimento e integração por parte do poder central.

É preciso combater o racismo e a xenofobia, é necessário criar um instrumento de planeamento estratégico que potencie as condições para o acolhimento e integração de migrantes na comunidade local, através da implementação de medidas nas variadas áreas de intervenção, com a participação dos diferentes atores e interlocutores no território. ---

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 27 de Setembro 2024, delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal a criação de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes”.

Moção apresentada pela eleita do BE, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, no dia 27 de setembro de 2024, foi aprovada, por maioria, com sete votos a favor e vinte e uma abstenções.

Paula Melopes